

EDUCAÇÃO PÚBLICA

PORQUE GRATUITA? COMO: DE QUALIDADE

=====

- [Email: EDUCAÇÃO PÚBLICA - PORQUE GRATUITA? COMO: DE QUALIDADE !!](#)
- [QUEM PAGA O PATO? Tatiana Roque](#)
- [ENSINO PÚBLICO PAGO??? -> OPINIÃO ZERO HORA 31/8/20](#)

De: Manfredo Winge

Enviada em: sábado, 16 de junho de 2018 20:13

Para: Sen. Cristovam Buarque (cristovam@senador.gov.br)

Cc: ADUNB (adunbss@unb.br); acir@senador.leg.br; aecio.neves@senador.leg.br; sen.airtonsandoval@senador.leg.br; alvarodias@senador.leg.br; ana.amelia@senadora.leg.br; angela.portela@senadora.leg.br; antonio.anastasia@senador.leg.br; antonio.carlos.valadares@senador.leg.br; armando.monteiro@senador.leg.br; ataides.oliveira@senador.leg.br; benedito.lira@senador.leg.br; cassio.cunha.lima@senador.leg.br; cidinho.santos@senador.leg.br; ciro.nogueira@senador.leg.br; cristovam.buarque@senador.leg.br; dalirio.beber@senador.leg.br; dario.berger@senador.leg.br; davi.alcolumbre@senador.leg.br; edison.lobao@senador.leg.br; eduardo.amorim@senador.leg.br; eduardo.braga@senador.leg.br; eduardo.lopes@senador.leg.br; elmano.ferrer@senador.leg.br; eunicio.oliveira@senador.leg.br; fatima.bezerra@senadora.leg.br; fernandobezerracelho@senador.leg.br; fernando.colloz@senador.leg.br; fleixa.ribeiro@senador.leg.br; garibaldi.alves@senador.leg.br; gladson.cameli@senador.leg.br; glesi@senadora.leg.br; heliomario@senador.leg.br; humberto.costa@senador.leg.br; ivo.cassol@senador.leg.br; jader.barbalho@senador.leg.br; joao.alberto.souza@senador.leg.br; joao.capiberibe@senador.leg.br; jorge.viana@senador.leg.br; jose.agripino@senador.leg.br; jose.maranhao@senador.leg.br; josemedeiros@senador.leg.br; jose.pimentel@senador.leg.br; jose.serra@senador.leg.br; katia.abreu@senadora.leg.br; lasier.martins@senador.leg.br; lidice.mata@senadora.leg.br; lindbergh.farias@senador.leg.br; lucia.vania@senadora.leg.br; magno.malta@senador.leg.br; maria.carmo.alves@senadora.leg.br; marta.suplicy@senadora.leg.br; omar.aziz@senador.leg.br; otto.alencar@senador.leg.br; paulo.bauer@senador.leg.br; paulopaim@senador.leg.br; paulo.rocha@senador.leg.br; pedrochaves@senador.leg.br; raimundo.lira@senador.leg.br; randolfe.rodrigues@senador.leg.br; reginasousa@senadora.leg.br; reguffe@senador.leg.br; renan.calheiros@senador.leg.br; roberto.muniz@senador.leg.br; roberto.reguaio@senador.leg.br; robertorochoa@senador.leg.br; romario@senador.leg.br; romero.juca@senador.leg.br; ronaldo.caiao@senador.leg.br; rose.freitas@senadora.leg.br; sergio.petecao@senador.leg.br; simone.tebet@senadora.leg.br; tasso.jereissati@senador.leg.br; telmariomota@senador.leg.br; valdir.raupp@senador.leg.br; vanessa.graziotin@senadora.leg.br; vicentinho.alves@senador.leg.br; waldemir.moka@senador.leg.br; wellington.fagundes@senador.leg.br; wilder.morais@senador.leg.br; zeze.perrella@senador.leg.br

Assunto: EDUCAÇÃO PÚBLICA - PORQUE GRATUITA? COMO: DE QUALIDADE

Prioridade: Alta

Prezado colega Cristovam Buarque, Exmo. Senador da República,

c/c demais senadores/as e prezados colegas geocientistas e demais em c/co,

acreditando no que foi prometido pela equipe desse governo “interino” que aí ainda está, fizemos em 2016, em artigo e e-mails, defesa do Orçamento da União com um teto máximo que corresponderia ao valor do exercício anterior acrescido da inflação anual, sendo que as diversas rubricas poderiam até variar para baixo com relação ao despendido no exercício anterior + inflação, exceto as rubricas prioritárias que podiam até aumentar, em especial a educação/ensino, saúde e segurança.

Acreditamos!!

Esta nossa defesa, justificada pela quebra de em que foi deixado o País, está registrada em [QUESTÕES DO ENSINO NO BRASIL](#) no tópico [O TETO E A EDUCAÇÃO](#) (para maior facilidade segue cópia em anexo).

Entretanto, a realidade vem se mostrando outra: - além de cortes dramáticos nas áreas prioritárias e sensíveis de pesquisa, tecnologia, cultura,.. jogando por terra, em certos casos, dezenas de anos de desenvolvimento e preparação de pessoal e de equipes de alto nível, grupos culturais,.. muitos técnicos e PhD's emigrando para nunca mais voltar, somos agora tomados de surpresa pela tentativa de se passar a cobrar anuidades nas universidades públicas de gente “rica” que “predomina” nas vagas obtidas em concursos vestibulares, ENEM, etc. pelo fato de serem “privilegiadas”. Sim, privilegiadas por suas famílias terem podido pagar os estudos em escolas particulares, tidas como “melhores” do que as escolas públicas, segundo esses analistas que ora propõem as anuidades. Foi-me passado por *whatsapp* um [vídeo](#) por amigo diretor de Instituto de universidade pública; diz muito dessa falácia de necessidade de pagamento seletivo das anuidades. Neste sentido, ver também [“Quem Paga o pato?”](#) (transcrição adiante) disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2016/08/quem-paga-o-pato.html>.

Analisando a “constatação”, fartamente divulgada para dar suporte a essa disparatada proposta de cobrança, de que o custo da formação de um aluno em universidade pública é muito maior do que nas faculdades privadas, rebatemos com as seguintes argumentações que indicam que o

contrário é que deve ser a regra em termos de custo/benefícios menor para o País na maioria dos casos:

1- Universidades públicas trabalham com um tripé, indispensavelmente integrado, de OBJETIVOS:

ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO(*) com investimentos nominais relativamente alto, mas com benefícios enormes para a sociedade, enquanto que nas privadas esta não é a regra, tendo-se, com várias exceções (exceções muitas vezes apoiadas por verbas públicas, convênios, etc. o que em si não é ruim), muita faculdadezinha cusp-e-giz e com EAD preponderante, sem ou poucas aulas práticas [não desmerecendo a importância crescente de alguns bons cursos de ensino à distância com instrução programada] de custos e didática minimizados, com resultados pífios ou zero em termos de pesquisas, especializações e, geralmente, com muito menor qualidade profissional dos graduados e pós-graduados (claro que têm cursos privados muito bons assim como cursos públicos ruins também, podendo refletir casos de problema de gestão (incluindo aí cortes de verbas fora da previsão, não programados, que perturbam o bom andamento dos projetos/atividades);

(*) Extensão envolve atividades e programas de interação e apoio à comunidade em geral, outros órgãos públicos, empresas públicas e privadas, como cursos de especialização e treinamento para professores e técnicos, projetos em convênio, museus, ações comunitárias..)

2- Não possuo dados para avaliar o quanto uma cobrança de anuidades (penso que seria só dos ricos, não é?) desoneraria os custos globais das universidades públicas, mas darei um chute de que não chegaria a 20% (talvez nem 15% do custo de aulas) e, certamente, traria muito mais confusão desnecessária do que “solução”, à semelhança da política “pró ativa” das “cotas raciais”, criada para abrir novas perspectivas de equanimidade de oportunidades de crescimento aos mais desfavorecidos (ver mais discussões em <http://mw.eco.br/zip/emails/COTAS.pdf> (*) e em

3- http://mw.eco.br/zip/sug/EPB_02_Cotas_Univ.pdf) (*) e que hoje sabemos pela imprensa que toda a hora ocorrem tentativas e casos de fraudes ;

(*) [encarte em 1/9/20 – ver minha revisão de entendimento desta questão em:

<http://mw.eco.br/zip/emails/EPBcotas200721MeaCulpa.pdf>]

4- As pessoas da classe “rica”, como regra, pagam mais impostos e em **umentos percentuais** com a renda (IRPF) do que as pobres, ou seja, são parte importante da sustentação do sistema público e “gratuito” de ensino; assim, não “é de graça” o curso para os “mais ricos” ou menos pobres (Obs. as classes média-baixas, por sofreguidão progressiva do leão, já estão pagando também ¼ de seus rendimentos em IRPF, ou seja, já estão pagando recursos substanciais para as universidades);

5- Mesmo que não constasse como obrigação do Estado na Constituição, o ensino, assim como a cultura e a pesquisa, em todos os níveis, deve ser protegido, valorizado e sistemicamente auditado e melhorado, em qualquer país que deseja/necessita crescer e se desenvolver com justiça e harmonia sociais e competência sem *aquelas* pedaladas, sendo óbvio que **teremos sempre e cada vez mais paz & segurança com menos gente ignorante e despreparada.**

6- A cobrança dos cursos trará confusão (critérios: geral ou não? igual para todos ou variando? renda e tamanho da família,.. ???), além de praticamente inócua, somente tumultuará administrativa e socialmente os *campi* universitários. E pelo contrário, os alunos reconhecidamente mais pobres, desde que esforçados e competentes, é que mereceriam

receber preferência em bolsas de estudo, de pesquisa e de trabalho como auxiliares nos laboratórios de suas áreas de graduação;

- 7- As despesas públicas com ensino, cultura, esportes, saúde,.. não podem ser entendidas como **GASTOS**; devem ser vistas e administradas corretamente como ações sociais preventivas e consideradas como **INVESTIMENTOS SOCIAIS E FINANCEIROS** (cujos retornos talvez possam até ser quantificados por estudos especializados - *chute*: taxas de retorno quase imediato de 400 a 1000%?) e **INDISPENSÁVEIS** para chegarmos a uma sociedade saudável, mental e fisicamente, e, sobretudo, justa. É só ver os exemplos de países mais adiantados no ensino e cultura como: Finlândia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Alemanha,...
- 8- A Universidade Pública, sem perder seu foco social de preparação do “capital humano” com transmissão e desenvolvimento do conhecimento, com suas Pesquisas Básicas e as consequentes Pesquisas Aplicadas e Inovações Tecnológicas, apoiadas nestes novos conhecimentos básicos através de projetos multi-institucionais (Universidades envolvendo outras instituições e empresas), poderiam, em sinergia, captar recursos: financeiros, laboratoriais, de equipamentos, humanos,.. de órgãos internacionais, da administração direta e indireta, de empresas privadas, etc. tornando-se mais autossustentável através de ganhos das patentes, doações de ex-alunos e ex-professores, entre outros estímulos e ressarcimentos, devidamente pactuados/contratados.
- 9- A riqueza maior de qualquer país é seu “capital humano”: - pobre do país que não prioriza a transferência do conhecimento e cultura humanos para poder agregar mais conhecimentos e competências na busca e encontro, de forma associativa, das soluções para os inúmeros graves problemas sociais, econômicos, ambientais, de entendimento e razoabilidade humana que, com a intensificação da conexão cibernética, estamos vendo crescer rápida e assustadoramente no dia a dia.

Antigamente, a escola pública, pelo menos no Rio Grande do Sul, era em média muito melhor do que a escola privada. Com as universidades públicas parece que já está ocorrendo o desastre da piora gradual que ocorreu com os colégios públicos no País..

A falta de critérios sistêmicos (continuados) de valorização do professor e auxiliares (bom salário para objetivos e metas a serem alcançados), a *politicalha* sindicalista que valoriza muito o tempo de serviço com cursinhos “*valita*” entre outros critérios “objetivos” da carreira profissional, a estabilidade total de emprego, a falta de planos, programas e projetos com objetivos e metas de curto, médio e longo prazo por governos que parecem ter preferência em manter o povo ignorante para captar voto fácil com caríssimas “propagandas políticas imbecilizantes” do que apoiar planos para se ter um povo instruído e produtivo (com menos marginais!!), é que levaram a esta situação caótica em que a escola pública tem salários que são uma *merreca*, falta de gestão (colégios caindo aos pedaços ou mal reformados a custos astronômicos de milhões de reais) e muita greve tocada por assembleias de meia dúzia de alucinados/as que entre uma greve e outra parecem se lixar para o alunado.

Não poderia deixar de tocar num ponto importante: - muitas pessoas dizem: “sim, melhorar a educação é importante, mas infelizmente vai levar muito tempo”... **BESTEIRA**: - é só começar a interessar a meninada com novas técnicas de ensino e aulas mais cativantes, com muita aula prática, sem se esquecer do envolvimento continuado e fundamental dos pais ou responsáveis, que muitos dos potenciais meliantes deixarão – de imediato - de ser cooptados pelo narcotráfico, quadrilhas de furtos/roubos e outras “atrações” para tornarem-se, e **permanentemente**, bons cidadãos.

Assim, senhores senadores da Res Publica, universidade paga é uma enganação que só serve a governos moribundos e/ou corruptos que não planejam (*) o futuro real de longo prazo de nossa pátria. Favor não apoiarem essa incompetente, falaciosa e perigosa “solução econômica” de universidade pública paga.

Cordialmente

Manfredo Winge

Professor aposentado do IG/UnB

<http://mw.eco.br/zip/hp.htm>[confraria democrática do bom senso]

Webmaster: [1º SITE do IG/UnB](#)

[Glossário Geológico Ilustrado](#)

[SIGEP Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil](#)

"Aqueles preocupados com o custo da educação deveriam antes considerar o custo da ignorância".

Derek Bok, ex-Reitor da Universidade de Harvard (*foi-me enviado por e-mail*)

(*) [Encarte em 1/9/20 – Ver sugestão - REORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA http://mw.eco.br/zip/sug/ADM_03_Planej_Exec_Publ.pdf]

© O Globo-01/08/2016 - 12h07 - <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2016/08/quem-paga-o-pato.html>

[Obs. Tenho postado muitos *links* para textos importantes como este, mas vários sites vêm sendo cancelados (“volatilizados” no universo cibernético). Assim, visando garantir a preservação futura desta memória importante, o texto é copiado abaixo, mas **recomendo acessar o link** acima para ver a fonte original. Manfredo Winge]

Quem paga o pato?

Numa sociedade justa, quem possui maior renda paga mais pelo bem comum, ou seja, paga mais impostos. No Brasil, só os pobres pagam muito imposto

Tatiana Roque - UFRJ

Discutir o ensino superior público e gratuito exige uma análise das universidades federais. Essas universidades possuem mecanismos expressivos de democratização do acesso, pois metade das vagas, pela lei de cotas, é destinada a estudantes egressos de escolas públicas. Além disso, há vagas reservadas para quem tem renda per capita de até 1,5 salário mínimo. Detalhando:

Um quarto dos alunos vem da escola pública e possui renda per capita inferior a 1.320 reais;

Um quarto não passa por corte de renda, mas vem também da escola pública (desses dois primeiros grupos, uma parte é de negros, pardos ou índios).

O que significaria, em números, cobrar mensalidades? Primeiro, calculamos o valor arrecadado cobrando-se uma mensalidade de R\$ 2 mil da metade não cotista. Em 2014, a UFRJ tinha 43.400 alunos de graduação. Se metade deles pagasse, seriam 520 milhões no ano, menos de um terço do orçamento da universidade (cerca de R\$ 1,7 bilhão).

E qual a renda dos alunos supostamente pagantes? Um estudo publicado pela Associação dos Dirigentes das Instituições Federais em 2011, antes das cotas, mostra que 85% dos estudantes das federais tinham renda média familiar de até 10 salários mínimos e 70%, de até 6 salários. Hoje, o percentual nessas faixas de renda deve ser, no mínimo, parecido.

Há, portanto, uma parcela considerável de estudantes não cotistas com renda familiar média inferior a 8 mil reais. Cobrar uma mensalidade de 2 mil significa, na prática, excluir essas pessoas da universidade pública. Diante desses números, só podemos concluir que a cobrança ou é irrelevante ou é excludente.

A universidade vem se tornando um instrumento cada vez mais efetivo de mobilidade social. O estudo citado mostra que 70% dos alunos das federais, quando formados, teriam um nível de escolaridade superior ao de seus pais.

A universidade pública, além disso, é uma instituição de pesquisa, por isso demanda investimentos. “Aqui se ensina porque se pesquisa”, dizia Carlos Chagas, pioneiro em nosso projeto de desenvolvimento, que considera educação e ciência estratégicas. Vale a pena arriscar esse patrimônio por tão pouco?

Numa sociedade justa, quem possui maior renda paga mais pelo bem comum, ou seja, paga mais impostos. No Brasil, só os pobres pagam muito imposto. Isso porque mais da metade da arrecadação provém de tributos sobre bens e serviços, com baixa incidência sobre patrimônio e rendimentos elevados.

Um estudo do Ipea mostrou que um imposto progressivo sobre lucros e dividendos, atualmente isentos, permitiria arrecadar 70 bilhões por ano, o que pagaria mais de 40 universidades do tamanho da UFRJ. Não arrecadar esses impostos e cobrar mensalidades nas universidades significa, no frígido dos ovos, onerar ainda mais os pobres e a classe média para continuar desonerando os ricos.

Tatiana Roque é presidente da Associação dos Docentes da UFRJ

© OPINIÃO ZERO HORA – 31/8/20 - <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2020/08/universidade-publica-mais-justa-ckehl73m000c013l09av0qo9.html>

[Obs. Tenho postado muitos *links* para textos importantes como este, mas vários sites vêm sendo cancelados (“volatilizados” no universo cibernético). Assim, visando garantir a preservação futura desta memória importante, o texto é copiado abaixo, mas **recomendo acessar o *link*** acima para ver a fonte original. Manfredo Winge]

Universidade pública mais justa

Merece atenção a ideia levantada pelo vice-presidente da República
sobre o Ensino Superior

31/08/2020 - 05h00minAtualizada em 31/08/2020 - 05h00min

GZH

A delicada situação fiscal brasileira, com reflexo em maiores dificuldades para o financiamento da educação, faz com que mereça atenção especial e um debate profundo a ideia levantada na semana passada pelo vice-presidente da República sobre o Ensino Superior. Hamilton Mourão defende que a sociedade avalie “sem preconceitos” e “seriamente” a possibilidade de estudantes oriundos de famílias em melhor situação financeira pagarem para cursar universidades públicas. Estes recursos poderiam ajudar a custear mais bolsas para que jovens de estratos inferiores consigam frequentar faculdades particulares.

O Brasil mantém modelo que privilegia alunos de maior renda e acaba penalizando os que têm menos recursos

O Brasil é um dos raros países do mundo a manter este modelo que privilegia alunos de maior renda e acaba penalizando os que têm menos recursos financeiros. Estudantes oriundos de lares com mais posses tendem a ficar com boa parte das vagas gratuitas, especialmente nos cursos mais concorridos e com perspectiva de melhor remuneração ao longo da vida profissional. Estes, em regra, passaram os Ensinos Fundamental e Médio em escolas privadas, que usualmente contam com uma melhor qualidade de ensino na comparação com os colégios públicos. As condições para competir pelo acesso são assimétricas, contribuindo para a manutenção da gritante desigualdade social brasileira.

Hoje, o quadro verificado nos Ensinos Fundamental e Médio acaba sendo invertido no nível superior. Os mais ricos ocupam mais espaços nas universidades públicas, como no caso das federais, em geral mais reconhecidas que as privadas, e assim se eterniza uma situação que perpetua a baixa mobilidade, algo nefasto que só poderá ser contornado de forma sustentável por meio da educação. Um estudo do Banco Mundial publicado em 2017 analisou o problema no país e, da mesma forma,

sugeriu que os alunos de renda média e alta de alguma forma pagassem pelo curso em universidades públicas, mesmo que depois de formados, com algum tipo de crédito. O trabalho verificou que 65% dos estudantes das instituições públicas de nível superior pertenciam à faixa dos 40% da população com condições financeiras mais favoráveis. A conclusão foi de que "as despesas com universidades federais equivalem a um subsídio regressivo à parcela mais rica da população brasileira".

Uma das ideias do Banco Mundial, se adotada a cobrança, seria que o governo estendesse o Programa de Financiamento Estudantil (Fies) às universidades federais. Outros modelos poderiam ser analisados e debatidos, como a possibilidade de não haver mudança no nível de dispêndio escolar das famílias. Alunos que pagam escolas privadas seguiriam desembolsando os mesmos valores de seu Ensino Médio no nível superior, por exemplo. Com isso, se evitaria saltos abruptos nos orçamentos domiciliares, inviabilizando o acesso, por exemplo, a cursos reconhecidamente mais caros, como Medicina.

O fato incontestável é que, apesar da existência de políticas afirmativas, como as cotas, ainda é viável e necessário tornar o Ensino Superior mais justo, com contrapartidas de quem pode mais. Ao mesmo tempo, seria possível canalizar mais recursos públicos para os anos iniciais da educação pública, uma forma mais eficiente para de fato transformar o Brasil em um país onde o aprendizado possa ser, na prática, uma saída para reduzir a desigualdade e ter uma melhor distribuição de renda no futuro.

Comentários & Réplicas

Prezados colegas professores, políticos, amigos e demais,

A defesa do ensino público pago por alunos “ricos” para poder acolher os pobres desta nossa *PÁTRIA AMADA* é tema recorrente de longa data. Tendo em vista esta percepção meramente monetarista que tem se *tentado vender* como solução de “caixa” e, considerando que o ensino, em seu sentido amplo, envolve a criação e transferência de conhecimento constituindo-se não em gastos mas sim em investimentos públicos de prioridade máxima e permanente do nosso País (de qualquer país!) para que possamos crescer sempre, em todos os sentidos e por gerações, com destaque para a capacitação intelectual, cultural e profissional dos cidadãos que são o bem mais precioso de uma Nação e que se pretende ser sempre democrata (demo=povo e cracia=poder), achei oportuno enviar um e-mail, em 2018, abrindo a discussão sobre este assunto que foi pautado em um *post* :

EDUCAÇÃO PÚBLICA

PORQUE GRATUITA? COMO: DE QUALIDADE!!

com endereço [http://mw.eco.br/zip/emails/EPB180616 Educa Publ Gratuita.pdf](http://mw.eco.br/zip/emails/EPB180616_Educa_Publ_Gratuita.pdf) .

Assim, esse Editorial da Zero Hora e estes comentários serão postados, bem como outros pontos de vista, nesse mesmo endereço para ampliar e registrar a discussão, de modo a tentarmos melhor informar as pessoas em geral e nossos representantes no Congresso em particular do que está realmente em jogo para uma melhor avaliação e não se criarem situações ruins e difíceis de serem corrigidas nesta questão tão importante.

Manfredo Winge - <http://mw.eco.br/zip/hp.htm> [confraria democrática do bom senso]

Webmaster: [1º SITE do IG/UnB](#)

[Glossário Geológico Ilustrado](#)

[SIGEP Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil](#)

"Aqueles preocupados com o custo da educação deveriam antes considerar o custo da ignorância".

Derek Bok, ex-Reitor da Universidade de Harvard (*foi-me enviado por e-mail*)

Voltar para o [SITE](#) – Voltar para [Ensino Público no Brasil](#)



[ENVIE SEUS COMENTÁRIOS](#)

Caro internauta. A sua participação com comentários, sugestões, **críticas**,.. é sempre bem vinda e poderá ser postada, **caso o texto**, coerente com o assunto abordado, tenha redação adequada a um *forum* de debates pautado no bom senso - clique na caixa de correio e envie, indicando o assunto como título do texto e torne-se um confrade da CONFRARIA DEMOCRÁTICA DO BOM SENSO - CLIQUE [Para informar ou cancelar seu endereço de e-mail](#)

Para localizar qualquer assunto ou nome pressione 'Ctrl' e 'F' simultaneamente e digite parte da palavra procurada no quadro que se abre